

**NÚCLEO GESTOR DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC**

ATA N.º 8/2018

Ata da CONFERÊNCIA DOS
DELEGADOS, realizada no dia 31 de
outubro de 2018, às 08:00 horas, no
Espaço Cultural “Sirley Maria Neumann
Johanson”.

- 1 No trigésimo primeiro dia de outubro de 2018, ocorreu o terceiro encontro da
2 Conferência dos Delegados do Processo de Revisão do Plano Diretor
3 Participativo de Campo Alegre, realizada no auditório do Espaço Cultural Sirley
4 Maria Neumann Johanson, as 8:00 horas.
- 5 A arquiteta e urbanista e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva Ihvens
6 Guimarães Silva, coordenadora do processo de Revisão do Plano Diretor, fez a
7 abertura do terceiro dia da conferência e realizou a leitura da ata referente ao
8 segundo dia de conferência, após algumas manifestações e esclarecimentos a
9 ata foi ajustada e colocada em aprovação, sendo aprovada por todos os
10 participantes.
- 11 Foi realizada a contagem dos delegados totalizando 22 presentes.
- 12 Em seguida a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva iniciou os
13 trabalhos dando sequência a apresentação de proposta para esclarecimento
14 solicitada através de formulário pelos delegados Mario Luis Franke, Camila
15 Braun Machado e Lucilaine Mókfa Schwarz no dia anterior, sobre a proposta
16 colocada para votação referente a Zona de Preservação do Manancial (ZPM),
17 considerando que a votação deve 4 alternativas e em 3 delas, que optariam
18 pela manutenção do zoneamento, o número de votos foi igual ao número de
19 votos da 4º opção, que seria para exclusão do mesmo, pede portanto
20 reconsideração e nova votação.
- 21 Após estas colocações, a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva

22 abriu espaço para o uso da palavra e debate.

23 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues ressalta que o regimento aprovado não
24 prevê que as propostas poderiam ser votadas novamente, portanto seria ilegal,
25 considerando que o quórum está diferente do dia anterior que foi de 25
26 delegados, havendo nesta data 22 presentes, colocando ainda que nesta
27 proposta de revisão não apresenta nenhum dado técnico, concluindo que este
28 zoneamento não tem como objetivo proteger o manancial, mas apenas
29 restringir as atividades econômicas da áreas, se posiciona contra a revisão do
30 mesmo.

31 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que as
32 solicitações de revisão ou esclarecimentos recebidos por meio de formulário
33 durante a conferência serão todas colocadas para apreciação em plenária, já
34 que não existe previsão no regimento, e que não existe exigência de quórum
35 mínimo para deliberação de propostas.

36 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues declara que o delegado Rodrigo M.
37 Correa reiterou no formulário o assunto referente a tréplica de sua proposta
38 que não havia sido respondida.

39 O engenheiro Bruno Seefeld esclarece que o formulário utilizado foi o mesmo
40 caso da votação anterior, sendo aplicado o mesmo tratamento.

41 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues questiona novamente, declarando que
42 o formulário apresentado foi referente a tréplica da proposta nº117.

43 O engenheiro Bruno Seefeld cita que foi considerado o assunto para debate de
44 acordo com formulário de solicitação de esclarecimento apresentado pelo
45 delegado Jonas Thiago Bahr e de Rodrigo M. Correa que citam “delimitar a
46 Zona de Preservação do Manancial (ZPM) à APP (área de preservação
47 permanente) do Rio turvo com apresentação do novo mapa” e “delimitar Zona
48 de Preservação do Manancial (ZPM) à bacia do Rio Turvo” e também solicita
49 esclarecimentos sobre o fato da tréplica da consulta nº117 não constar na
50 tabela de resumo publicada.

51 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues coloca que na sua opinião para abrir
52 nova discussão seria justo que os mesmos delegados estejam presentes.

53 O engenheiro Bruno Seefeld coloca que ao suspender a sessão anterior todos
54 os delegados concordaram com a nova data e horário e foram avisados que
55 caso não pudessem comparecer que comunicassem seu suplente, portanto,
56 deveriam estar presentes as mesmas representações para continuação das
57 discussões desta conferência.

58 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues diz que os delegados da data anterior
59 não tinham como saber que iriam discutir novamente a questão.

60 A delegada Fabíola Scheffer Brunquell coloca que o regimento prevê que as
61 deliberações serão realizadas pelo número de delegados presentes e a
62 conferência é um evento contínuo no qual todos os delegados teriam que
63 comparecer em todas as plenárias, ainda esclarece que poderá ser votada
64 primeiramente a aceitação ou não do pedido de retornar a discussão sobre o
65 tema, e após concordância da maioria, poderia ser colocada em deliberação a
66 proposta de excluir o zoneamento Zona de Preservação do Manancial (ZPM)
67 com apenas a opção de favorável ou desfavorável conforme foram feitas as
68 outras votações, assim ficaria clara a opinião da maioria.

69 O delegado Adolar Bahr considera que conforme a leitura da ata do dia anterior
70 o assunto já foi debatido e votado, portanto deveria ser dada continuidade à
71 apreciação de outros temas, pois se não continuaremos debatendo a semana
72 toda o mesmo assunto, os delegados não conseguem mais comparecer por
73 terem outros compromissos, assim deveriam ser agendadas mais duas datas
74 para debater o resto do assunto. Expõe ainda que está sendo discutido o Plano
75 Diretor para 10 anos, portanto não se deve atropelar as decisões que serão
76 levadas para a Câmara de Vereadores, tratando o tema de forma coerente e
77 ouvindo todos os lados.

78 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva esclarece que todos os
79 lados estão sendo ouvidos, que o processo está tendo a participação dos
80 delegados justamente para ter a representatividade de toda a sociedade, e que
81 esta oportunidade não estava prevista nesta etapa, mas o Núcleo Gestor
82 entendeu ser a melhor opção para ouvir a comunidade antes de levar o projeto
83 de lei à Câmara de Vereadores.

84 O delegado Adolar Bahr coloca que na sua opinião o zoneamento Zona de
85 Preservação do Manancial (ZPM) tem que ser mudado gradativamente e não
86 da forma como está sendo proposto, acabando com tudo, pois não será
87 possível indenizar as pessoas que investiram em atividades que serão
88 restringidas.

89 A delegada Lucilaine Mókfa Schwarz expressa que o Plano Diretor é de
90 extrema importância para o município, os delegados têm que estar conscientes
91 da complexidade dos temas e de que o tempo despendido com o debate é
92 necessário para que as propostas estejam de acordo com o que se deseja
93 para o futuro de Campo Alegre.

94 O delegado Ruben Eliezer Bahr coloca que toda esta polêmica mostra como o
95 assunto é complexo, comenta que o zoneamento está sendo forçado, foi
96 proposto sem conhecimento e restringindo tudo, gerando impactos para a
97 agricultura e mineração, pois estará proibida a utilização da área até o estudo
98 de manejo seja realizado, o que pode levar muito tempo.

99 A senhora Carolina Gonçalves Mota faz a colocação que se o formulário não
100 está no regimento não deveria ser colocado para deliberação, pois já foi
101 discutido no dia anterior e aprovado, os delegados do dia não podem ter
102 soberania sobre os delegados do dia anterior, também não há nenhum estudo
103 técnico para a área que legitime trazer voto novamente, faltam informações
104 técnicas e não atende a legislação vigente, pois não está previsto no Estatuto
105 da Cidade.

106 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva explica que como todos
107 os formulários foram considerados até o momento, não existem motivos para
108 não colocar em debate e votação conforme solicitado, mesmo que a situação
109 específica não esteja prevista em regimento, pois então os formulários
110 anteriores também teriam que ser anulados e em consequência a solicitação
111 que levou à votação do tema no dia anterior.

112 O delegado Rodrigo M. Correa coloca que a coletividade apreciou o tema e
113 votou prevalecendo a maioria, agora não existem motivos para voltar atrás da
114 decisão.

115 O delegado Irineu Woitskovski Júnior ressalta que a votação deveria ter sido
116 considerada somente com duas opções como todas as outras, e como foi
117 considerada com quatro situações não foi possível ter clareza sobre a
118 aceitação da proposta, sendo importante ouvir os cidadãos que residem no
119 município, que utilizam a água do manancial e não deixar a decisão somente
120 com pessoas de fora, expressando sua revolta, diz que é a favor de debater o
121 tema novamente.

122 A senhora Bruna Franke coloca que os delegados estudaram o material e
123 conhecem as diretrizes do Plano Diretor e estão participando desde 2016 com
124 a população de Campo Alegre, portanto devem ter sua opinião levada em
125 consideração ao solicitar rever o tema.

126 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva coloca que a
127 Conferência é um evento contínuo, portanto os delegados deveriam estar
128 presentes para acompanhar o processo de deliberações.

129 A senhora Carolina Gonçalves Mota questiona se é possível ficar debatendo
130 novamente os assuntos.

131 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva explica que os
132 formulários foram aceitos com esclarecimentos, dúvidas e propostas de
133 revisão, pois a modificação da delimitação ou exclusão do zoneamento não era
134 uma proposta original.

135 A delegada Regina Maria Cardoso de Meira Oliveira faz a consideração que
136 não aprova a nova votação.

137 Após discussão entre os participantes, a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens
138 Guimarães Silva coloca que os delegados fazem parte do processo de revisão
139 do Plano Diretor para representar os interesses de variados setores da
140 sociedade, sendo compreensível que existam divergências, no entanto deve
141 haver um equilíbrio entre a opinião da participação popular, as propostas e
142 pareceres da equipe técnica e as decisões políticas, cada um tem o direito de
143 expressar sua opinião e ser ouvido, não sendo necessário tamanho desgaste
144 entre os debates. Lembra que os temas debatidos durante a conferência irão
145 passar por compatibilização, já que a equipe técnica tem responsabilidade

146 técnica sobre o Plano Diretor, será levada como proposta de lei ao legislativo
147 que continuará o debate e ainda poderá passar por veto do prefeito municipal,
148 sendo que mesmo após a lei ser aprovada todos têm direito de requerer
149 alterações ao se sentirem prejudicados.

150 Antes de levar em consideração o formulário, foi colocada em votação se a
151 proposta de esclarecimento sobre a votação da exclusão da Zona de
152 Preservação do Manancial (ZPM) deve ser colocada novamente para debate,
153 ficando 06 votos desfavoráveis (vermelhos) e 16 votos favoráveis (verdes) e,
154 portanto, decidido que debateríamos novamente e seria colocado para votação
155 a exclusão do zoneamento Zona de Preservação do Manancial (ZPM)
156 considerando apenas as opções de quem é favorável ou desfavorável à
157 questão para que fique claro.

158 O delegado Nilson Fuckner coloca que vê a importância da proposta da Zona
159 de Preservação do Manancial (ZPM), referente ao abastecimento da população
160 de Campo Alegre, que as atividades na área do manancial devem ser feitas
161 com cautela, pois pode prejudicar a qualidade da água com o uso de
162 agrotóxicos, e quando se fala em água, está se falando de saúde e da vida do
163 ser humano.

164 A senhora Manuela Bramorski coloca que em conversa com o Prefeito,
165 referente a denúncia de utilização de agrotóxicos na atividade agrícola próxima
166 ao Rio Turvo em propriedade de seu cliente, questionou se a Prefeitura teria
167 um laudo que comprovasse a contaminação, e foi lhe dito que a Prefeitura não
168 teria realizado este estudo, enquanto os proprietários apresentaram um laudo
169 que atesta que não há contaminação na água. Afirma ainda que a atividade
170 agrícola vem sendo realizada há décadas no local, e acha injusto que a
171 Prefeitura não tenha realizado estudo técnico para proibir a atividade.

172 A delegada Fabiola Scheffer coloca que a proposta de um zoneamento de
173 preservação, que restringe as atividades, é de prevenir qualquer risco
174 contaminação do manancial que possa ocorrer e não esperar que um laudo
175 demonstre o dano da contaminação, pois não existe outra alternativa para
176 abastecimento da população.

177 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva coloca novamente que
178 o zoneamento será revisto pela equipe técnica, considerando o debate dos
179 delegados e material técnico sobre a bacia do Rio Turvo disponibilizado pelo
180 Consórcio Quiriri.

181 A senhora Carolina Gonçalves Mota expõe que a qualidade da água é de
182 extrema importância para todos, pois envolve problemas de saúde, e esta
183 bacia se conecta com uma sub-bacia que pode impactar muitas pessoas, por
184 isso existe uma legislação federal que é baseada em dados técnicos e que se
185 aplica ao território nacional.

186 O delegado Nilson Fuckner coloca que existe a preocupação com o
187 abastecimento da população de Campo Alegre, que é prioridade, mas também
188 a importância das atividades desenvolvidas na área, portanto é interessante
189 que se equilibre os interesses.

190 O senhor Marcos Maahs coloca que na ata foi aprovada a votação.

191

192 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva explica que a ata
193 somente descreve o que ocorreu na data, portanto foi aprovado por todos se o
194 conteúdo retrata a veracidade dos fatos. Esclarece ainda que atendendo a
195 justificativa do formulário de que entre as quatro opções as opiniões ficaram
196 indefinidas, deve-se esclarecer a opinião dos delegados colocando apenas
197 duas opções para votação.

198 A senhora Patrícia de Pádua Rodrigues questiona que a votação não excluiu o
199 zoneamento, apenas o delimitou à área de preservação permanente, que a
200 proposta não foi esta e que houve alguma confusão na votação.

201 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva explica que o
202 zoneamento não pode se aplicar exclusivamente à área de preservação
203 permanente, portando o que foi votado, conforme consta no slide de
204 apresentação, foi “item 4 – Remoção do zoneamento, permanecendo as áreas
205 de preservação permanente. ”

206 A delegada Regina Maria Cardoso de Meira Oliveira solicita que conste em ata
207 os nomes dos votantes.

208 Após amplo debate, sem mais manifestações, foi deliberada a opção de se
209 excluir o zoneamento Zona de Preservação do Manancial (ZPM), ficando 16
210 votos desfavoráveis (vermelhos) dos delegados: Lucimara Prestes de Souza
211 Idalêncio, Fabiano Cleber Munhoz, Irineu Woitskovski Júnior, Peterson Aluisio
212 Kohler, Marcia Regina Schadeck Friedrich, Lucilaine Mókfa Schwarz, Fabíola
213 Scheffer Brunquell, Marília Scheffer, Gilson Omar Brunquell, Mario Luiz
214 Franke, Nilson Fuckner, Raul Johanson, Osni José Cordeiro da Cruz, Ana
215 Paula Hennings, Ivo Kesting e Luiz Eugênio Duvoisin; 04 votos favoráveis
216 (verdes) dos delegados: Ruben Eliezer Bahr, Francisco Kuhnen Neto, Adolar
217 Bahr e Rodrigo M. Correa; e ainda 2 abstenções dos delegados: Regina Maria
218 Cardoso de Meira Oliveira e Marcelo Lader.

219 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva mostra o desenho
220 proposto para o zoneamento Zona de Preservação do Manancial (ZPM) em
221 resposta à tréplica, esclarecendo dúvidas.

222 Durante a explicação, apresentou-se mais um delegado presente, somando 23
223 delegados para as próximas deliberações.

224 Após ficar claro qual a opção a ser considerada, foi deliberada a opção de
225 aceitar o desenho do zoneamento Zona de Preservação do Manancial (ZPM)
226 proposto em resposta à tréplica ou não, ficando 23 votos desfavoráveis
227 (vermelhos), portanto, decisão unanime de que o desenho terá que ser
228 readequado e melhor estudado pela equipe técnica.

229 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva coloca que serão
230 levadas em consideração as opções sugeridas pelos delegados do dia anterior
231 para o desenho do zoneamento, sobre a remoção da área da bacia do Rio
232 Vermelho, sobre a delimitação pela Bacia do Rio Turvo e sobre a manutenção
233 de preservação das APPs.

234 O delegado Rodrigo M. Correa coloca que os estudos do zoneamento deverão
235 levar em consideração os estudos técnicos da área e que não aceita que a
236 equipe proponha algo sem considerar dados técnicos.

237 Em continuidade com os assuntos previstos para debate desta conferência, a
238 arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva faz leitura da proposta de

239 consulta pública n.º 17, que por se tratar de proposta negativada na análise
240 técnica e sem apresentação de tréplica não havia sido incluída para debate, foi
241 solicitada revisão por meio de formulário de esclarecimento pela delegada
242 Regina Maria Cardoso de Meira Oliveira, solicitando reduzir para 10 metros a
243 frente mínima dos lotes do perímetro urbano.

244 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva explica o que é a
245 testada dos imóveis e coloca a posição da equipe técnica referente a esse
246 pedido.

247 O delegado suplente Sérgio da Costa questiona se esta opção, caso aprovada,
248 contribuiria para extinção de lotes baldios, pois como fiscal de posturas do
249 município, afirma que existem muitos lotes urbanos vazios que causam
250 problemas à vizinhança.

251 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva comenta que é
252 interessante ter esse relato de que existem muitos lotes urbanos vazios e
253 responde que a diminuição da atestada dos lotes não resolveria a situação,
254 pois existem instrumentos previstos do Estatuto da Cidade, como IPTU
255 progressivo e a ocupação, parcelamento e utilização compulsórios que devem
256 ser utilizados para que os lotes urbanos vazios sejam efetivamente
257 aproveitados.

258 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva coloca que a equipe
259 técnica é contrária a proposta, por atingir uma variedade de zoneamentos
260 diferentes e coloca que padronizar a testada não é interessante para o
261 desenvolvimento e paisagem urbana.

262 A delegada Regina Maria Cardoso de Meira Oliveira, como proponente, diz que
263 não soube se expressar bem, que não se trata de proposta para toda a área
264 urbana, que entende que em alguns zoneamentos não seria interessante, mas
265 que na sua visão seria para a área do centro, com objetivo de regularizar
266 alguns imóveis.

267 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva coloca que os
268 parâmetros não têm como objetivo se adequar à regularização, mas sim
269 embasar novos parcelamentos.

270 A delegada Fabiola Scheffer relata que na Rua Professor Rufino Blaskowski,
271 em Bateias de Baixo, os lotes apresentam dificuldade de parcelamento por
272 conta da testada e poderiam desta forma serem regularizados.

273 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva explica que as áreas
274 urbanas consolidadas necessitariam de um estudo de reurbanização para
275 readequar o desenho urbano e algumas áreas de Bateias de Baixo necessitam
276 da aplicação de legislação específica para regularização fundiária.

277 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva, a pedido da
278 requerente, acata a sugestão de modificar a proposta para que seja alterado a
279 testada mínima de 12 metros para 10 metros nos zoneamentos EED, ZD1,
280 ZD2, ZD3 e ZD4, conforme mapa do anexo 03 da Consulta Pública.

281 Sem mais manifestações, foi deliberada a proposta nº17 com a modificação
282 relatada acima, ficando 03 votos desfavoráveis (vermelhos) e 20 votos
283 favoráveis (verdes), ficando para análise da equipe técnica adequar a proposta
284 às condições dos zoneamentos.

285 Em seguida, como introdução à análise das propostas sobre perímetro urbano
286 e para esclarecimentos, a arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva
287 trouxe um estudo da equipe técnica para ser levado em conta nas análises de
288 ampliação do perímetro urbano, considerando dados demográficos de acordo
289 com o IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, dos Censos
290 Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010, Contagem Populacional 1996 e
291 2007 e Estimativa populacional 2018 - referência 1o de julho de 2018 e
292 também a projeção da população urbana para o município até o ano de 2050.
293 Explica que o cálculo da densidade demográfica urbana passará de 3,74
294 hab/ha para 2,76 hab/ha, o que causa oneração dos serviços públicos para
295 atendimento da população. O estudo foi baseado na informação que a área do
296 maior zoneamento, a Zona de Ocupação Sustentável (ZOS - original da
297 minuta) é de 14,24km², considerando que 50% da área esteja ocupada de
298 forma consolidada, restam 7,12km² livres. Considerando que 60% do
299 remanescente seja destinado às vias, estradas, acessos, áreas de APP, áreas
300 ecológicas e áreas para recreação, restam 2,84km² úteis. A população

301 projetada para ocupação de 100% área urbana disponível no zoneamento,
302 considerando uma situação de alta demanda por lotes em condomínios
303 fechados para a área de 2,84km², considerando que o lote mínimo de área
304 privativa é 1250m², resultaria na disponibilidade para 2272 lotes. Considerando
305 a ocupação média de 3 pessoas por unidade privativa e considerando o
306 período médio de 10 a 20 anos para implantação dos empreendimentos, a
307 população para ocupação total do zoneamento seria de 6816 habitantes,
308 enquanto a população urbana teria aumento de 3372 habitantes. Portanto, a
309 população urbana total equivalente a 14548 habitantes (atual 7732+6816) seria
310 superada somente após 2050, considerando um crescimento em ritmo
311 acelerado com relação ao atual. Para atingir seu limite nos próximos 20 anos a
312 área necessária seria bem menor, de aprox. 1,4km². Esclarece ainda que este
313 estudo não levou em consideração as ampliações de perímetro urbano já
314 aprovadas durante a conferência, somente a proposta original da minuta.

315 A arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães Silva segue com a leitura das
316 propostas de consulta pública n.º 04, 05 e 47, que por se tratarem de
317 propostas negativadas na análise técnica e sem apresentação de tréplica não
318 haviam sido incluídas para debate, foi solicitada revisão por meio de formulário
319 de esclarecimento pelo delegado suplente Sérgio da Costa, e foram
320 condensadas em uma única deliberação pois tratam da mesma solicitação.

321 Neste momento tivemos queda no fornecimento de energia elétrica, razão pela
322 qual a Conferência ficou suspensa por 30 minutos, até que a empresa
323 responsável pelo fornecimento, a Celesc, informou que os serviços de
324 restauração da rede de energia elétrica iriam demorar mais de 1 hora, portando
325 a coordenação da Conferência solicitou a todos que retornassem a Plenária
326 para discussão da transferência de data e horário.

327 As sugestões de transferência de data foram: no mesmo dia durante o período
328 da tarde; no dia 06 de novembro, próxima terça-feira, no período da tarde; ou
329 no dia 06 de novembro, próxima terça-feira, no período da noite. A maioria dos
330 presentes optou pela última opção, portanto, fica estendida a Conferência para
331 o dia 06 de novembro às 18:00 horas, no mesmo local.

332 Nada mais havendo a ser tratado, como coordenadora do processo de revisão
333 do Plano Diretor Participativo, arquiteta e urbanista Matilde Ihvens Guimarães
334 Silva, lavro a presente ata e assino, a qual segue com lista de presença anexa.